

DO MESTRE – ESCOLA AO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO – Retrospectiva Histórica

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes
Professora Emérita da UFRJ

O sistema educativo tem por finalidade um tripé: dizer para as gerações novas o que foi o passado: com esse passado explicar o presente e cada pessoa com esse passado e esse presente construirá o que é possível para si.

Jurjo Torres Santomé, JB 26/03/2000

As grandes transformações dos séculos XV e XVI, ocorridas no período da História denominado RENASCIMENTO, foram marcadas pela invenção da imprensa com tipos móveis por Gutemberg, pela Reforma Protestante de Lutero e pelas grandes navegações.

A epopéia portuguesa de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, imortalizada nos “Lusíadas” de Luiz de Camões, tem sua origem nos conhecimentos científicos, sobretudo matemáticos, herança dos 4 séculos de dominação árabe na península ibérica.

A inscrição AQUI A TERRA ACABA E O MAR COMEÇA no Cabo Roque é negada pela viagem de Colombo em 1492 e o europeu mediterrâneo toma consciência de sua pequenez . Ao mesmo tempo, sente que lhe são abertos horizontes mais amplos nas novas terras descobertas. Não tarda a bula papal de 1494, assinada na cidade de Tordesilas, para dividir aquelas terras entre Espanha e Portugal, as duas grandes potências católicas da época.

A chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral às nossas praias, em 1500, mostra a determinação portuguesa de tomar posse das terras concedidas pelo Papa.

O caminho para o Oriente, fonte do florescente comércio de especiarias, não é abandonado, por Portugal, tornando-o no começo do século XVI, a maior potência mundial. É claro, pois, o motivo pelo qual a coroa portuguesa não se preocupa com a colonização de suas terras deste lado do Atlântico. Entretanto, com a exploração do pau-brasil por aventureiro de várias nacionalidades, inclusive portuguesa, faz com que o governo português divida essas terras em capitanias hereditárias oferecidas, de mão beijada, a fidalgos portugueses para enfrentar os aventureiros. Eis o pecado original de nossa estrutura agrária, perpetuado ao longo de séculos.

Uma das maiores transformações do século XVI se dá na esfera educacional.

O poderio da Igreja Católica, que mantém o monopólio nos Mosteiros de copiar, em Latim, as Escrituras, começa a ser quebrado.

Por um lado, a Bíblia é o primeiro livro a ser impresso e, por outro, Lutero preconiza a livre interpretação das Escrituras Sagradas.

Há, portanto, necessidade de alfabetizar a população para possibilitar a leitura da Bíblia, traduzida para o vernáculo, e sua livre interpretação.

Não tarda a reação da Igreja Católica, capitaneada por Ignácio de Loyola ao formar o núcleo fundador da Companhia de Jesus, cujo lema é “à maior glória de Deus” a ser alcançada pela educação. Assim, a Contra – Reforma teve como baluarte a Companhia de Jesus, fundada em 1540, com a missão de educar as populações dos países fieis à autoridade papal, inclusive das suas colônias. Aos Jesuítas é entregue, no Brasil, a catequese dos nativos, para ensiná-los a ler, escrever, contar e cantar, início do nosso sistema educacional.

Cedo os colonizadores portugueses percebem que basta educar a elite pois educar o povo é perigoso. Infelizmente, por mais de 4 séculos, os colonizadores internos também assim têm entendido!

Não somente os jesuítas mas ainda outras ordens religiosas fundam colégios para os filhos das classes privilegiadas.

A expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, foi uma violenta intervenção do governo português sobre o sistema educacional brasileiro, sem contudo dotar a colônia com novas escolas.

É preciso lembrar que na Europa, até fins do século XVIII, a iniciação à cultura letrada se faz de maneira diversificada. Muitas vezes, as famílias contratam personalidades ilustres como preceptores de seus filhos. São exemplos celebres: “Cartas de Euler a uma princesa da Alemanha” fruto do contrato do grande matemático por Frederico II da Prussia e as aulas de Matemática de Clairaut para a Marquesa de Châtelet.

Igreja, corporação profissional e associação filantrópica são também outras maneiras de iniciar a escolaridade.

No Brasil Colônia, nas grandes propriedades rurais, letrados, sobretudo padres, ensinam aos filhos do proprietário, agregados e até escravos. Nos espaços urbanos há uma maior diversidade, variando de acordo com a posse e os objetivos da família.

A moda de preceptores para os filhos de famílias abastadas é corrente pois nos jornais brasileiros da época são freqüentes oferecimentos de brasileiros e estrangeiros para esse tipo de ensino a domicílio.

Para as classes mais populares resta o MESTRE-ESCOLA.

No romance “Memórias de um Sargento de milícias” de Manoel Antônio de Almeida está retratada, de maneira muito pitoresca, a figura do barbeiro, MESTRE-ESCOLA, sua prática pedagógica e seu local de trabalho.

Com a queda de Pombal em 1777, voltam os colégios dos Jesuítas, sem alterar a estrutura educacional.

O ensino público e gratuito para todos, atribuição do Estado, é uma conquista da Resolução Francesa. Segundo um de seus líderes: APÓS O PÃO, A EDUCAÇÃO.

Para o Brasil são mandados uns poucos professores para as AULAS RÉGIAS, iniciativa, com poucos resultados, de Portugal para concretizar, na Metrópole e na Colônia, o ideal da Revolução Francesa.

A elite intelectual brasileira educada na Universidade de Coimbra, com visão iluminista, segundo a ótica pombalina, reconhece que a crescente complexidade da sociedade está a exigir recursos humanos com formação humanística e científica a nível secundário. Não basta saber apenas ler, escrever e contar.

Uma experiência pioneira visando a formação humanística e científica dos jovens, acontece em 1800, com a criação pelo Bispo Azeredo Coutinho do Seminário de Olinda (Alves 2000, p. 61 - 78).

A personalidade de Azeredo Coutinho é bastante controversa. Suas concepções políticas são reacionárias verdadeiro SENHOR DE ENGENHO. Quanto à ciência, aproxima-se do empirismo inglês, segundo o método formulado por Bacon para a Interpretação da natureza. Percebe-se bem sua postura em relação à ciência quando fala sobre Agricultura que considera Arte:

... Parece que não é mais permitido de olhar esta arte senão pela parte física e mecânica, e que daqui por diante só se deve ocupar a descobrir, ajuntar e examinar fatos como o só meio, ... , para aperfeiçoar a arte pelas experiências e observações e de entender a sua utilidade; os raciocínios, sem o socorro dos fatos e das experiências, e mesmo sem o conhecimento local e dos climas, só servem de multiplicar escritos inúteis sobre esta matéria”.

(Alves 2000 p. 66)

Podem não ser originais as considerações de Azeredo Coutinho, mas são pertinentes e provam, que intelectuais brasileiros comungavam as idéias européias da época.

A sua proposta pedagógica é função de sua prática política. Para Portugal retomar o ritmo da história deve desenvolver a agricultura, expandir as manufaturas e ter conhecimento das suas riquezas naturais tanto nos seus domínios como de sua colônia mais extensa e rica.

No ideário do Bispo de Olinda para o mister de explorar as riquezas naturais do Brasil os curas são essenciais pelo contato direto com a população.

Por isso, a sua proposta pedagógica para o Seminário objetiva que os futuros padres e os leigos admitidos naquele estabelecimento tornem-se filósofos naturalistas – os cientistas da época. Para ilustrar esse aspecto, no ensino de Filosofia, Azeredo Coutinho propõe para o primeiro ano, a Física Experimental ao lado da Lógica, da Metafísica e da Ética e no segundo ano, História Natural e Química.

A escolha dos professores é meticulosamente feita pelo próprio Azeredo Coutinho entre portugueses e brasileiros, destacando-se, Miguel Joaquim de Almeida Castro - o Padre Miguelinho, líder e mártir da Revolução Pernambucana de 1817 – nascido no Rio Grande do Norte. Da aula inaugural por ele proferida vale destacar ... *a implantação do Seminário de Olinda estabelece em Pernambuco a proveitosa cultura das Sciencias ... que formam a verdadeira glória dos Povos ...*

Pode-se abusar das Sciencias; é verdade ... mas esse mesmo abuso hé menos pernicioso e criminal do que os efeitos tristíssimos de hua ignorância cega (apud Alves 2000 p.69).

Como professores e alunos se envolvem com as idéias republicanas de 1817, um clima de terror se abate sobre o Seminário. Acontece sempre quando o obscurantismo prevalece sobre o progresso.

Entretanto as idéias pioneiras não são aniquiladas se bem que, algumas vezes, sejam transformadas. O governo da província de Pernambuco, cria em 1825, o Liceu Provincial, origem do atual Ginásio Pernambucano, para dar continuidade ao ensino ministrado no seminário de Olinda (Cavalcanti, 1986 p. 233).

O ginásio torna-se a mais importante instituição de ensino secundário de Pernambuco. Já em 1894 inaugura a sua Biblioteca que, ainda hoje, é considerada como excelente, assim como o seu Museu de História Natural.

Devido a não existência de uma Faculdade de Ciências e de Letras, até a década de 1930, os mais renomados intelectuais pernambucanos disputam o título invejável de Professor do Ginásio Pernambucano ou da Escola Normal Oficial a serem obtidos em rigorosos concursos públicos. Também muitos alunos que

passaram por suas salas de aula são dos mais expressivos da cultura pernambucana. como o matemático Leopoldo Nachbin.

A tendência do ESTADO, após a Independência, é tomar a si a formação do CIDADÃO, sob a influência de José Bonifácio formado em Coimbra da época pombalina. Por isso a Igreja Católica limita-se predominantemente a formação dos quadros clericais nos seus Colégios – Seminários de Ensino Secundário.

A criação do Colégio Pedro II retrata tal tendência. Em 1837, Bernardo Pereira de Vasconcelos, transforma o Seminário São Joaquim na escola secundária Colégio Pedro Segundo, a ser mantida pelo poder central, modelo para os demais estabelecimentos de ensino secundário das Províncias.

Os diplomas conferidos pelo Colégio Pedro Segundo têm o pomposo grau de Bacharel, altamente prestigiado pelo Imperador sempre presente à solenidade de colação de grau e nas provas públicas dos concursos para PROFESSOR CATEDRÁTICO do Colégio. Posteriormente, como homenagem ao Imperador, passa ser denominado Colégio D. Pedro II. Hoje é o famoso Colégio Pedro II, recebendo alunos desde as primeiras séries do ensino fundamental até o ensino médio.

Os alunos dos colégios particulares, que ministram ensino secundário, reconhecidos pelo governo, devem prestar exames finais, parcelados das disciplinas nos estabelecimentos oficiais.

Preparação específica para ser Professor não é cogitação do governo mesmo depois da Independência. Entretanto com a formação do Estado Nacional começa a conscientização das injustiças de uma sociedade hierarquizada assim constituída : 1) Escravos considerados como coisas; 2) Homens livres e pobres sem direito a voto; 3) Cidadãos de fato possuidores de terras e de escravos. ... *É preciso... “civilizar” para melhor conhecer e controlar o povo (Mattos apud Villela 2000 p.106).*

Os “velhos” MESTRE – ESCOLA devem ser substituído pelos “Novos” professores formados segundo a visão governamental.

Assim em 1827 é promulgada a Lei Geral de Ensino que trata da formação docente. A sua efetivação se dá em 1834 por Ato Adicional que transfere para as

Províncias a formação de docentes das primeiras letras somente do sexo masculino. Seguem-se atos de criação de ESCOLAS NORMAIS nas Províncias: Minas Gerais e Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836), São Paulo (1846), e posteriormente, Pernambuco (1864), Corte (1881). Embora criadas, nem todas são inauguradas. A Escola Normal de Niterói é a primeira a funcionar.

A classe conservadora Fluminense, com grande influência na corte e poder político, compreende o potencial organizativo e “civilizatório” das novas escolas. Por esse motivo na lei de criação da Escola Normal de Niterói constam as condições de admissão:

Art 4º - Para ser admitido à matrícula na Escola Normal requer-se: ser cidadão brasileiro maior de 18 anos com boa morigeração; e saber ler e escrever (Villela 2000 p. 106).

Para avaliar se o indivíduo é ou não morigerado há outro artigo da lei:

Art. 6º - Os que pretenderem matricular-se dirigirão seus requerimentos ao presidente da Província, instruídos com certidão de idade e atestação de boa conduta, passada pelo juiz de paz do seu domicílio: com despacho do mesmo presidente serão matriculados pelo diretor se, pelo exame a que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita.

Como se vê, é mais importante a “morigeração” do que os conhecimentos de leitura e escrita. Mais tarde, não basta o aval do juiz de paz é preciso também do pároco.

O ato nº 10 da Assembléia Legislativa da Província estabelece:

A Escola será regida por um diretor que ensinará os conhecimentos da leitura e escrita pelo método lancasteriano, cujos princípios doutrinários e práticos explicará; as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; noções de geometria teórica e prática; elementos de geografia; princípios da moral cristã e da religião oficial gramática nacional.

O método lancasteriano é traduzido e impresso em 1839, sendo o primeiro compêndio pedagógico da Escola sob o título: Curso Normal para professores de primeiras letras da autoria do Barão Dégerando.

Após várias reformas e até sua extinção, é recriada em 1859 com a seguinte seqüência de “cátedras”:

- língua nacional, caligrafia, doutrina cristã, pedagogia;
- aritmética, inclusive metrologia, álgebra (até equação do 2º grau); noções de geometria teórica e prática e desenho linear;
- elementos de cosmografia e noções de geografia e história, compreendendo com maior desenvolvimento do Brasil;
- música e canto (Villela 2000 p. 111).

Um grande problema surge com a necessidade de formar mulheres pois só podem entrar homens nas ESCOLAS NORMAIS e ser impossível haver turmas mistas.

Para resolver o problema são adotadas soluções como, duplicação dos horários, com reação dos professores pois acarreta aumento da sua carga horária até a muito original da ESCOLA NORMAL DE PERNAMBUCO com homens e mulheres na mesma sala, separados por um muro e os professores no alto em cima de um estrado (Villela 2000 p.122).

Com relação ao desempenho das ESCOLAS NORMAIS ainda merece destaque a de NITEROI. Seu diretor José Carlos Alambary Luz (1868 – 1876) introduz inovações metodológicas marcantes como abolição dos castigos corporais e o método de “lição de coisas”. A busca da definição de um modelo para a formação de professores para as primeiras séries de escolaridade tem fim em 1890 com a reforma Caetano de Campos para a ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO.

Com relação ao ensino superior, enquanto na América Espanhola, desde o século XVI, existem Universidades, no Brasil continuam as Escolas isoladas para formar profissionais. Após a Proclamação da República (1889) a influência

positivista faz-se sentir, principalmente, na Escola Politécnica, desmembrada da Militar.

Alguns autores consideram que o fim do século XIX se dá com a 1ª guerra mundial o que é bastante válido para o Brasil. De fato, as décadas de 1910 e 1920 são cenários de importantes acontecimentos: reação ao positivismo na Escola Politécnica; fundação da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Associação Brasileira de Educação (ABE); criação da Universidade do Rio de Janeiro e da primeira rádio do Brasil; Semana de Arte Moderna; crise do café e começo da industrialização.

A reação ao positivismo, começado por Otto de Alencar na Escola Politécnica tem seguidores ilustres: Amoroso Costa e Teodoro Ramos entre outros. Esses Cientistas pautam suas ações, sem contar com apoio governamental, na luta em 3 frentes: 1) desenvolvimento da ciência; 2) divulgação científica; 3) educação.

Essa luta requer uma verdadeira UNIVERSIDADE.

A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, foi, apenas para abalizar uma assinatura no diploma de Diretor Honoris Causa concedido ao Rei Alberto da Bélgica, em visita ao Brasil. Que vergonha nacional não haver uma Universidade nesse país !

Fechando a década: Revolução de 30 e Início da Era Vargas.

Transformações econômicas e sociais fazem-se presente em um país que deixa de ser essencialmente agrícola com o princípio de industrialização. A EDUCAÇÃO é um dos vetores dessa transformação.

No primeiro ano da Era Vargas, a questão da criação da UNIVERSIDADE adquire uma conotação política com a REFORMA FRANCISCO CAMPOS, sem dar uma resposta satisfatória para a questão da criação da Universidade. Aflora também a preocupação com o ensino secundário para que não seja apenas simples passagem para o superior mas prepare o indivíduo para os desafios dessa época de mudanças bruscas.

Em 1932, Educadores – notadamente Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles, Lourenço Filho – lançam o MANIFESTO – ESCOLA NOVA, inspirado nas idéias de John Dewey.

O papel da ABE reveste-se de grande significado, na década de 1930, pela luta em prol da Educação no Brasil, notadamente, da “criação de Faculdades de Ciências e Letras para formar pesquisadores e preparar professores secundários de sólida cultura e eficiência segundo a declaração de Luís Freire no VI Congresso Nacional de Educação (Fortaleza 1934).

É importante salientar que a ABE congrega personalidades das mais diversas formações, como os educadores, já mencionados, o matemático Amoroso Costa e o engenheiro e professor da Escola de Engenharia e da Escola Normal de Pernambuco, autor daquela declaração.

Contudo alguns professores secundários, auto – didatas, como Malba Tahan e Euclides Roxo demonstram cultura e eficiência conforme preconizadas por Luiz Freire.

Malba Tahan é um grande divulgador do método de resolução de problemas.

Euclides Roxo é um teórico, estudioso das idéias mais modernas e revolucionárias sobre o ensino de Matemática do princípio do século XX.

A idéia de Freire torna-se realidade com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da recém criada Universidade de São Paulo (USP/1934) e com a Universidade do Distrito Federal (UDF/1935). Enquanto a USP nasce pela integração das escolas e faculdades isoladas existentes às quais é agregada a FFCL, Anísio Teixeira, idealiza a UDF, como uma verdadeira Universidade composta de 5 Escolas:

- Ciências
- Educação
- Economia e Direito
- Filosofia
- Instituto de Artes.

São seus objetivos:

- 1) encorajar a pesquisa, científica, literária e artística;
- 2) prover a formação ao magistério em todos os graus;
- 3) promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;
- 4) propagar a aquisição da ciência e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão;
- 5) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que suas escolas comportassem.

... Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovadas para que a mesma se torne consciente e progressiva ... Anísio Teixeira, aula inaugural dos cursos da UDF
31/07/1935

Síntese do pensamento de Anísio a respeito do que deve ser uma Universidade.

Com a UDF Anísio Teixeira criou, no Distrito Federal, um sistema de educação completo e integrado que se estende da pré-escola ao curso primário de 5 anos onde havia lugar para a música e o canto orfeônico, educação física e trabalhos manuais, prosseguindo em um ensino secundário unificado em seus aspectos humanísticos e, da formação profissional cuja cúpula é o ensino superior.

Entretanto, em 1939, ato autoritário de Vargas e Capanema extingue a UDF e cria a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, alterando um dos objetivos preconizados por Anísio, a saber, preparar professores, apenas, para o ensino secundário e normal. Estabelece ainda que a partir de 1943 só possam ser admitido, como professor do ensino secundário, egressos da FNFi ou de estabelecimento congênere reconhecido.

Apesar de seu nascimento autoritário, a FNFi e suas congêneres são determinantes para a formação de professores e de pesquisadores brasileiros. A partir de 1940, Costa Ribeiro, professor de Física Geral e Experimental da FNFi começa pesquisas sobre a radioatividade de minerais brasileiros. Em 1943 seus

trabalhos sobre os dielétricos asseguram uma posição de destaque para o Brasil nos meios científicos mundiais, sendo conhecido com EFEITO COSTA RIBEIRO.

Os físicos José Leite Lopes, Jaime Tiomno e Elisa Frota Pessoa alunos da FNFi também têm reconhecimento internacional assim como os matemáticos Marília Chaves Peixoto, Maurício Mattos Peixoto e Leopoldo Nachbin. Vale assinalar que os matemáticos citados são alunos ouvintes do Curso de Matemática da FNFi enquanto cursavam a Escola de Engenharia onde são monitores.

Como egressa e professora da FNFi sinto orgulho de pertencer ao corpo docente do Instituto de Matemática da UFRJ, sem dúvida sua mais digna extensão. À ação pioneira da FNFi se deve a criação de dois dos maiores centros de pesquisa no Brasil: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

Menção essencial merece também o papel das mulheres formadas pela Faculdade de Filosofia – Marta de Souza Dantes e Arlete Cerqueira Lima - na criação do Instituto de Matemática e Física da UFBA e na realização em 1955 do 1º Congresso de Ensino da Matemática (Dias 2000-2001).

O MEC, no princípio da década de 50, cria a Coordenação para Aperfeiçoamento de Docentes de Ensino Secundário (CADES), para cumprir, em parte, o estabelecido pela lei de 1939.

O Professor José Carlos de Mello e Souza, a frente do CADES, desenvolve um meritório trabalho de capacitação de professores em exercício de todo o Brasil. Infelizmente, a CADES não tem continuidade no governo do Presidente João Goulart.

Data também dos anos 50 a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) que tem desempenhado importante função no cenário da Educação brasileira.

A partir de 1967 a FNFi é esfacelada e fragmentada sob o peso de outra repressão: a ditadura militar que comete ainda 2 grandes pecados em relação à Educação:

- A reforma do ensino público de 1º e 2º graus pela lei 5692/71

- A ênfase na pós-graduação em detrimento da graduação e, sobretudo, das licenciaturas.

De fato, a lei 5692 estabelece que o currículo de 1º e 2º graus será organizado de modo a conter uma parte de educação geral e outro de habilitação específica. Por outro lado, o artigo que trata da formação mínima para o exercício do magistério da 1ª à 4ª série exige apenas a habilitação específica do 2º grau. É o golpe de morte para as ESCOLAS NORMAIS.

Os estímulos financeiros alocados à pós-graduação, têm, infelizmente, um efeito negativo sobre a graduação e as licenciaturas com a fuga dos professores – pesquisadores seniors do ensino nesses cursos.

A criação das licenciaturas curtas, com conseqüências nefastas para a formação de professores de 1º e 2º graus, é, parcialmente, anulada sob a pressão das sociedades científicas.

Procurando reverter a situação, em 1982, o MEC lança o Projeto Integração da Universidade com o ensino de 1º grau que, depois, é seguido pelo subprograma de Educação que a Ciência (SPEC) do PADCT/CAPES.

Os frutos do SPEC são visíveis; professores universitários, em número significativo, em parceria com professores de 1º e 2º graus elaboram novos currículos e materiais inovadores para a sala de aula desses professores ou desenvolvem pesquisas para dar subsídios para a melhoria do ensino – aprendizagem de Ciências e Matemática em todos os níveis. Cursos de Mestrado e de Doutorado são implantados ou incrementados nas nossas universidades com recursos do SPEC que ainda concede bolsas para os candidatos a esses cursos no Brasil e também no exterior.

Lamentavelmente constata-se que discurso de Padre Miguelinho, mesmo na era do conhecimento, não é paradigma para nossos governantes pois o SPEC é desativado.

A CAPES, ao procurar compensar a extinção do SPEC, cria o Programa Pró-Ciências em convênio com as Fundações de Amparo as Pesquisas dos Estados sem ter a mesma amplitude porque é restrito ao Ensino Médio. Além disso desde o ano 2000 o convênio com a FAPERJ não é renovado.

A falta de continuidade dessas ações gera prejuízos difíceis de serem sanados. A LDB, conhecida como lei Darcy Ribeiro, lança a idéia dos Institutos Superiores de Educação. No momento ainda se discute quando e onde serão criados; por outro lado é prematura a avaliação dos já existentes.

É preciso ter presente que a formação do indivíduo começa nos primeiros anos de escolaridade. Se quisermos ter pesquisadores matemáticos, usuários da Matemática nas mais diversas profissões ou, simplesmente, indivíduos pensando matematicamente, devemos ter consciência que os mestres de todos os níveis de ensino são a mola propulsora para alcançar tal objetivo.

Para tornar o Brasil um país rico é necessário que o seu povo seja educado para pensar matematicamente, base de todo desenvolvimento científico, cientes de que:

... o que distingue o pobre (povo ou país) do rico não é apenas ter ele poucas posses, mas também estar fortemente excluído da criação e dos benefícios do conhecimento científico.

Declaração da Conferência Mundial sobre Ciência (apud Glaci Zancan; presidente da SBPC, Jornal da Ciência nº 432 de 31 março de 2000.

Referências bibliográficas:

- 1) Alves, Gilberto Luiz (2000) “O Seminário de Olinda” 500 anos de Educação no Brasil p. 61-78, Autêntica Editora, Belo Horizonte.
- 2) Cavalcanti, Zilda Maria Costa (1986) “DEC: a Biografia de uma Instituição Cinqüentenária” Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura.
- 3) Dias, André Luís Mattedi (2000 – 2001) “As Fundadoras do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia”, História, Ciências e Saúde, Manguinhos, vol. VII – nº 3, Casa Oswaldo Cruz.
- 4) Favero, (1989) Maria de Lourdes de A. (Coordenadora) Faculdade Nacional de Filosofia, Projeto ou trama universitária ? Editora UFRJ, INEP, Faculdade de Educação.
- 5) Siano, Lucia M. França, Saraiva, Suzana B. C. (1997) UFRJ – 75 anos, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 6) Villela, Heloisa de O. S. (2000) “O Mestre – escola e o Professor” 500 anos de Educação no Brasil p. 95-134, Autêntica Editora, Belo Horizonte.